

geral

# Casos graves de Covid-19 crescem no Brasil

Devido ao cenário epidemiológico do País, máscaras voltam a ser obrigatórias em aeroportos e voos a partir de amanhã

## coronavírus

O boletim semanal Infogripe - divulgado ontem, no Rio de Janeiro, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - revela um aumento de casos de Covid-19 entre os registros de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). A situação é observada em todas as regiões do Brasil.

A SRAG é uma complicação respiratória que demanda hospitalização e está associada muitas vezes ao agravamento de alguma infecção viral. O paciente pode apresentar desconforto respiratório e queda no nível de saturação de oxigênio, entre outros sintomas.

O levantamento traz, ainda,

uma análise para as próximas três semanas (curto prazo) e para as próximas seis semanas (longo prazo). Em 15 das 27 unidades federativas, o cenário aponta para aumento na tendência de longo prazo. “No Rio de Janeiro, São Paulo e Paraíba, esse crescimento se destaca e é mais acentuado até o momento”, alertou a Fiocruz.

Ao todo, já foram registrados no País 267.226 casos de SRAG em 2022. Pesquisadores da Fiocruz recomendam a retomada do uso de máscaras adequadas em situações de maior exposição, como transporte público, locais fechados ou mal ventilados, aglomerações e nas unidades de saúde. Além disso, lembram que a vacinação em

dia é fundamental para diminuir o risco de agravamento da doença.

Na terça-feira, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) atualizou as medidas a serem adotadas em aeroportos e aeronaves, por conta do cenário epidemiológico da Covid-19. A mudança torna obrigatório o uso de máscaras nesses ambientes e entra em vigor a partir de amanhã.

O Boletim Infogripe leva em conta as notificações de SRAG registradas no Sivep-gripe, sistema de informação mantido pelo Ministério de Saúde e alimentado por estados e municípios. A nova edição, disponibilizada no portal da Fiocruz, se baseia em dados inseridos até a última segunda-feira.



Ao todo, já foram registrados no País 267.226 casos de SRAG em 2022

## Anvisa aprova uso emergencial de vacina bivalente, e Brasil deve receber lote em breve

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou na terça-feira o uso emergencial da vacina bivalente da Pfizer contra a Covid-19. A decisão, por unanimidade, permite a aplicação do imunizante como dose de reforço na população acima de 12 anos.

Segundo o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, as vacinas devem chegar em breve ao Brasil, uma vez que o atual contrato do ministério com os fornecedores já contempla a entrega de imunizantes atualizados contra novas cepas. As vacinas bivalentes são

mais atualizadas e contêm uma mistura de cepas do vírus Sars-Cov-2. Desta forma, os imunizantes podem garantir uma proteção maior contra as novas variantes.

Hoje, as subvariantes que mais preocupam autoridades sanitárias ao redor do mundo são a

BQ.1 e a XBB, ambas da linhagem da Ômicron - variante contra a qual a vacina bivalente da Pfizer possui proteção específica, diferentemente dos imunizantes disponível no Brasil.

Segundo a diretora Meiruze Sousa Freitas, relatora do processo

na Anvisa, os imunizantes disponíveis hoje conferem uma proteção mínima contra as novas variantes, mas é preciso que as pessoas tomem as doses de reforço. Para imunossuprimidos, os infectologistas afirmam que a bivalente, mais atualizada, é importante.

## Economia de baixo carbono é tema do Fórum Internacional em Porto Alegre

### / SUSTENTABILIDADE

Bárbara Lima

barbaral@jcrs.com.br

O 3º Fórum Internacional de Mudanças Climáticas da Economia de Baixo Carbono com foco em bioeconomia, promovido pelo Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico Sustentável (Ilades), aconteceu nesta quarta-feira, no Ministério Público do Rio Grande do Sul. O evento teve discussões sobre efeito estufa, agricultura de baixo carbono, hidrogênio verde e crédito de carbono. Na ocasião, o Estado apresentou o saldo da participação na COP-27, no Egito.

O conselheiro adjunto para Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Saúde da Missão dos Estados Unidos no Brasil, David Bargueño, elencou as prioridades para combater as mudanças climáticas e considerou positiva a COP-27.

“Se conseguirmos cumprir todas as agendas acordadas, podemos reduzir o aquecimento global para 1,7°C. Devemos nos orgulhar, embora devamos

continuar esperançosos de conseguirmos reduzir para 1,5°C”, afirmou. Ele destacou ainda a importância da parceria entre EUA e Brasil e a necessidade de acelerar a transição energética. “Queremos fortalecer nossa parceria para combater a fome, gerar empregos de qualidade e reduzir a poluição. Também vamos aumentar o investimento em energias limpas. Cada décimo que consigamos evitar na temperatura global significa vidas salvas e eventos climáticos drásticos”, ponderou David.

Na direção do que apresentou o conselheiro adjunto, a professora e procuradora do Estado, Melissa Castello, falou sobre o Projeto de Lei 2.148/15, que busca regular o Mercado de Carbono Nacional. No Brasil, conforme explicou, há mecanismos voluntários, mas não uma regulação. “Esse projeto transforma o que é voluntário em obrigação para algumas empresas. As maiores poluidoras terão que pisar no freio porque o governo terá a possibilidade de usar a compensação no mercado. É um avanço para o meio ambiente”, enfatizou. E

deu o exemplo: “Se eu sou uma empresa que polui 100 quando o teto é poluir 80, eu preciso ou investir em matrizes mais limpas ou terei que comprar 20 créditos de carbono de empresas que não poluem. Esse recurso será destinado para reflorestamento e manutenção de florestas.” A procuradora considerou ainda que o PL faria com que o País se comprometesse, de fato, com a redução da emissão de gás carbono e investisse em energia renovável. “Os mecanismos estão aí, falta aprovar e fazer”, finalizou.

O secretário da Agricultura, Domingos Lopes, destacou que o Rio Grande do Sul possui 35 cadeias produtivas de carbono neutro e que emite de 30% a 40% menos gás carbono em suas atividades. “Nosso objetivo agora é descarbonizar todas as cadeias produtivas, fazendo com que o Estado se torne uma referência para o restante do Brasil”, disse.

A secretária do Meio Ambiente, Marjorie Kauffmann afirmou que na COP-27, o RS ganhou espaço pelo modelo de agricultura de baixo carbono. “Vol-

tamos com a tarefa de casa de descrever nossos planos de descarbonização setoriais e intensificar as medidas de mitigação das emissões. Além disso, precisamos mostrar que o Brasil não tem só o bioma da Amazônia.”

Apesar de concordar com os avanços do Estado na agricultura, o promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente (Caoma) do MP-RS, Daniel Martini, criticou a redução de áreas protegidas no RS a partir do novo Código Florestal. “Precisamos de um Programa de

Regularização Ambiental, senão não poderemos agir. Precisamos avançar rapidamente nessa situação complexa”, refletiu.

De acordo com o presidente do Ilades, o advogado Marcino Fernandes Rodrigues Junior, o evento foi uma “oportunidade de obter conhecimento com experiências bem-sucedidas para o mercado de baixo carbono.”

De fato, durante à tarde, apesar de ter um público reduzido, os presentes puderam ouvir sobre a agricultura e as emissões de carbono do Rio Grande do Sul.

**DR. ALCEU KNIJNIK**

CREMERS 6753

MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA

**ENDOCRINOLOGIA**

**Atendemos Convênios**

PRAÇA DOM FELICIANO, 78 CJ. | 101 - CENTRO - PORTO ALEGRE

FONE ☎ 3221.7172